



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740 - Pérola D'Oeste - PR

LEI Nº 05 / 91

DATA: 10 de maio de 1.991

EMENTA: Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências:

O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde CMS em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do CMS.

Art. 2º. Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do CMS:

- I - definir as prioridades de saúde;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- III - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;
- IV - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;
- V - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;
- VI - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços públicos e privados, no âmbito do SUS;
- VII - definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange a prestação de serviços de saúde;
- VIII - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- IX - estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados no âmbito



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740 - Pérola D'Oeste — PR

do SUS;

X - elaborar o seu regimento interno.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I - do Governo Municipal:

- a) representantes da secretaria de saúde ou órgão equivalente;
- b) representante do órgão municipal de finanças;
- c) representante do órgão de educação;
- d) representante do órgão de trabalho e fomento agropecuário.

II - dos prestadores de serviços públicos e privados:

- a) representante do SUS no âmbito estadual ou federal, existentes no Município;
- b) representante dos prestadores privados contratados pelo SUS.

III - dos trabalhadores do SUS:

- a) representante das entidades de trabalhadores do SUS.

IV - dos usuários:

- a) representantes das entidades ou associações comunitárias;
- b) representantes do sindicato e entidades patronais;
- c) representantes do sindicato e entidades de trabalhadores;
- d) representante da associação de pais e amigos dos excepcionais - APAE.

§ 1º A cada titular do CMS corresponderá um suplente.

§ 2º Será considerada, para fins de participação do CMS, a entidade regularmente organizada.



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740 - Pérola D'Oeste — PR

§ 3º A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das entidades das diversas categorias.

§ 4º O número de representantes de que trata o inciso IV do presente artigo não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do CMS.

Art. 4º. Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades.

§ 1º Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º O Secretário Municipal de Saúde ou Diretor equivalente é membro nato do CMS e será seu Presidente.

§ 3º Na ausência ou impedimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente a Presidência do CMS será assumida pelo seu suplente.

§ 4º No término do mandato do Prefeito Municipal considerar-se-ão dispensados todos os membros do CMS.

Art. 5º. O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - o exercício da função de Conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante;

II - os membros do CMS serão substituídos caso faltar, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivos ou 06 (seis) reuniões intercaladas no período de um ano;

III - os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º. O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - o órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II - as seções plenárias serão realizadas ordinariamente a cada trinta (30) dias e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740 - Pérola D'Oeste — PR

III - para a realização das seções será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela - maioria dos votos dos presentes;

IV - cada membro do CMS terá direito a um único voto na seção plenária;

V - as decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Saúde ou Órgão equivalente prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º. Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;

III - Poderão ser criadas comissões internas constituídas por entidades-membro do CMS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º. As seções plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo único. As resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões deverão ser amplamente divulgadas.

Art. 10. O CMS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei.

Art. 11. Para cobertura das despesas decorrentes da instalação do Conselho Municipal de Saúde, fica o Chefe do Poder Executivo - Municipal autorizado a utilizar recursos próprios da dotação orçamentária do exercício de 1.991.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, aos catorze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e um.

PUBLICADO

JORNAL O TRONBEVA
EDIÇÃO 21/06/91
DATA 21/06/91


Domingos João Ribeiro
Prefeito Municipal